

¹ Igor Barbosa Meloigor.admcx@gmail.com²Francisco Eugenio Musiello Netomusiello@uft.edu.br**RESUMO**

O foco literário explorado neste artigo concentra-se na investigação da influência dos passivos ambientais na competitividade das Micro e Pequenas Empresas – MPE's. Com a repercussão dos problemas causados pelo aquecimento global e o consumo desenfreado da população mundial, percebe-se a relevância da discussão sobre assuntos como: sustentabilidade, ativo empresarial e passivo ambiental, ecoeficiência nas organizações entre outros que evidenciem uma produção ambientalmente correta e mudanças no padrão de consumo humano. Ressalta-se ainda, que a minimização e/ou reciclagem dos resíduos dos processos produtivos geram novas receitas para as empresas tornando-as mais eficientes e mais competitivas. Inseridas em um cenário altamente volátil, as MPE's têm papel fundamental na economia brasileira. Elas são fortes indutoras de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que geram 60% dos empregos no setor privado. Tendo como base metodológica a pesquisa primária em obras renomadas e fidedignas sobre esse contexto, conclui-se que os empresários têm nas mãos a opção, ou "salvação", de transformar os riscos ambientais em ótimas oportunidades de negócios.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Competitividade, Ecoeficiência.

Assts Liabilities versus Business Environment**ABSTRACT**

The focus literary explored in this article focuses on the research of the influence of environmental liabilities on the competitiveness of Micro and Small Enterprises - MEP's. With the passing of the problems caused by global warming and unbridled consumption of the world population, to understand the relevance of the discussion on topics such as: sustainability, active business and environmental liabilities, among other ecoefficiency in organizations that demonstrate an environmentally correct production and changes in the pattern for human consumption. It is emphasized further that the minimisation and / or recycling of waste production processes generate new revenue for companies making them more efficient and competitive. Integrated in a highly volatile scenario, the MEP's have key role in the Brazilian economy. They are strong lead to socioeconomic development, since it generates 60% of jobs in the private sector. Based on primary research in the methodology works renowned and reliable on the context, it appears that entrepreneurs get their hands on option, or "salvation", to transform the environmental risks in excellent business opportunities.

Keywords: Sustainable Development, Competitiveness, Ecoeficiência.

¹ Curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

² Professor do Curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

INTRODUÇÃO

Sabe-se que no início da industrialização no mundo as empresas preocupavam-se apenas com a eficiência dos seus sistemas produtivos, como maximizar os lucros, minimizar os custos, basicamente isso. Hoje, as organizações continuam priorizando administrar seus diversos recursos – materiais, tecnológicos, financeiros e humanos – de forma produtiva e otimizada, no entanto, o conceito de eficiência produtiva vem sofrendo algumas alterações ao longo dos anos. Atualmente a

variável ecológica e a responsabilidade social têm presença garantida no planejamento estratégico e na estrutura organizacional das boas empresas.

Adicionando-se a isso, de forma tímida, porém crescente, uma nova visão de consumo se espalha na sociedade, as pessoas começaram a consumir observando a responsabilidade sócio-ambiental dos seus fornecedores e o impacto de suas atividades numa esfera macro-ambiental.

Os resíduos, sejam eles sólidos, líquidos ou gasosos, sempre foram considerados sobras inevitáveis dos processos produtivos e não detinham tanta consideração no planejamento das empresas. Mas, diante da amplitude global que o assunto questões ambientais vem ganhando, implementar ações que visem reduzir o impacto ao meio ambiente resultam em ganhos tangíveis (menores custos, redução do passivo ambiental, etc.) e intangíveis (imagem junto à sociedade, competitividade e conscientização dos colaboradores) melhorando a relação da organização com as partes interessadas.

Tendo em vista o contexto do desenvolvimento sustentável, este artigo objetiva investigar a influência da variável ecológica na competitividade das micro e pequenas empresas. Nota-se a importância desse nicho econômico através de estatísticas como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo 2002, onde se constata que as micros e pequenas empresas têm 20% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) e geram 60% de empregos do setor privado brasileiro. O tema pode ser considerado de interesse geral, haja vista que a degradação do meio ambiente diz respeito a toda sociedade.

Atualmente muitas organizações praticamente se igualam em termos de plataformas tecnológicas, porém, diante de um cenário mercadológico cada vez mais acirrado, caracterizado por rápidas mudanças, rígidas legislações ambientais, riscos e incertezas, percebe-se a relevância do conceito de ecoeficiência empresarial – que preceitua a otimização dos recursos naturais e materiais, a fim de reduzir custos e os impactos/ passivos ambientais – buscando uma adaptação à nova realidade.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ser ambientalmente correto ou ecologicamente responsável é obrigação de todos. A adaptação às necessidades ambientais não se direciona apenas para o setor industrial, estigmatizado como um dos grandes responsáveis pela poluição do planeta, mas também para o governo, o comércio, o setor de serviços, além de todo e qualquer cidadão do meio em que vivemos. Se partirmos do princípio que a cadeia produtiva só transforma aquilo que demandamos, em formas e quantidades, percebe-se então, que cada indivíduo tem participação direta no desequilíbrio ecológico.

De acordo com a rede internacional WWF, através do *Relatório Planeta Vivo 2006*, hoje se consome 20% a mais do que a terra é capaz de produzir. Além disso, o estudo também revela que se o ritmo de crescimento do consumo humano não for alterado, em 2050 a população mundial consumirá, por ano, duas vezes mais recursos do que o planeta pode gerar.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1979. No entanto, o termo só foi assumido por governos e organismos multilaterais a partir de 1987, ano de publicação de *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como relatório Brundtland, que trouxe a seguinte definição: sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

A tecnologia e a ciência de que dispomos nos permitem, ao menos potencialmente, examinar com mais profundidade e compreender os sistemas naturais. Temos o poder de reconciliar as atividades humanas com as leis naturais e de nos enriquecermos com isso (DONAIRE, 1999, p. 29).

Especialistas da área afirmam que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Segundo a World Wildlife Fund – WWF, que em português significa Fundo Mundial para a Natureza, para se alcançar o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

Nos últimos anos as discussões sobre fontes energéticas alternativas têm gerado bons resultados, a partir da disseminação de novos conceitos, da evolução tecnológica nas indústrias que passam a utilizar matérias-primas renováveis visando a co-geração de energia, dos investimentos com capitais internos e externos, etc. Mas, um outro patrimônio natural da humanidade também merece destaque, os recursos hídricos, que segundo a Agência Nacional de Águas – ANA 40% da água retirada no país é desperdiçada.

Para FRANCI (2006), águas oriundas principalmente de pias, lavatórios, chuveiros, tanques e máquinas de lavar roupas das residências, podem ser tratadas e utilizadas para fins não potáveis nas edificações. Na opinião do autor, ainda faz-se necessário o desenvolvimento de tecnologias para que se tenha uma água de reúso de qualidade, definindo-a para cada uso específico.

Um exemplo de que a preocupação com o meio ambiente deve ser compartilhada entre toda sociedade, seja ela física ou jurídica, em 2007 o Banco do Brasil recebeu o prêmio Financial Times de Finanças Sustentáveis, segunda edição, na categoria “Bancos Sustentáveis em Mercados Emergentes – América Latina”, destacando-se como o banco latino-americano que demonstrou excelência ao criar valores financeiros, econômicos e ambientais por intermédio de sua atuação. Com isso, percebe-se a consciência e a importância das instituições bancárias no fomento às iniciativas das cadeias produtivas em prol da sustentabilidade.

Harmonizar a relação entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental realmente não é fácil, isso, em virtude de uma cultura de consumo desenfreado que nos permite enxergar a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como: pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, saúde, conflitos de interesses e etc.

O desenvolvimento sustentável considera como meta o crescimento econômico aliado à preservação da natureza e à justiça social, modificando as relações culturais das nações em decorrência das mudanças nos padrões de consumo (ONU, 1992).

Segundo ARBEX (2007) sustentabilidade é um modelo de atuação em que todos ganham: as pessoas, as empresas, a sociedade e o meio ambiente. É viver, se desenvolver e fazer negócios sem esquecer do meio ambiente e da melhoria dos padrões de vida de todas as pessoas.

3. O QUE É ATIVO EMPRESARIAL E PASSIVO AMBIENTAL

Na visão tradicional da empresa, antes encarada simplesmente como instituição econômica, prevalecia a idéia de que “o que é bom para a empresa é bom para a sociedade de forma geral”. No contexto contemporâneo dos negócios esse pensamento tornou-se inconsistente no momento em que os aspectos sociais e políticos passaram a fazer parte do planejamento estratégico das organizações, principalmente em virtude da constante repercussão dos impactos ambientais causados por processos produtivos que conseqüentemente interferem no balanço patrimonial e na imagem das empresas.

Segundo MARION (2006), o balanço patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no final do exercício ou em qualquer data prefixada. Este instrumento contábil é dividido em duas partes: Ativo (bens e direitos – lado esquerdo) e Passivo (obrigações – lado direito).

3.1 Ativo Empresarial, em termos contábeis, consiste em um conjunto de bens e direitos que uma pessoa jurídica acumula proporcionando ganhos para a empresa. São itens positivos do patrimônio. No balanço patrimonial o ativo está subdividido em três contas:

- a) Ativo Circulante: dinheiro disponível em caixa e bancos, além de todos os valores que serão convertidos em dinheiro a curto prazo (duplicatas a receber e estoques);
- b) Realizável a Longo Prazo – RLP: nesta conta são lançados os itens que serão transformados em dinheiro num prazo superior a um ano (empréstimo a coligadas, títulos a receber);
- c) Ativo Permanente: também conhecida como ativo fixo nesta conta são lançados os itens de *investimentos* (compra de ações de outras empresas, obras de arte, renda de aluguel, etc.), os de *imobilizado* (veículos, edificações em uso, máquinas e equipamentos, etc.) e os gastos pré-operacionais (treinamento de funcionários, abertura de firma, propaganda, etc.) que são lançados no grupo chamado *diferidos*.

A qualidade dos colaboradores, a propriedade intelectual da organização (*know-how*), os valores éticos e o posicionamento no mercado, entre outros fatores intangíveis, também devem ser considerados como um ativo empresarial, por contribuírem para a competitividade das empresas.

Na filosofia contábil passivo significa as obrigações/ dívidas da empresa para com terceiros, sejam elas pessoas jurídicas ou físicas. Também conhecido como passivo exigível, esse grupo de contas evidencia o grau de endividamento da empresa, e seu crescimento desordenado pode levá-la até à falência.

3.2 Passivos Ambientais são os custos provenientes dos danos causados ao meio ambiente pelo não atendimento à legislação ambiental. A obrigação e a responsabilidade social com os aspectos ambientais devem ser assumidas pelas empresas mesmo sem uma cobrança formal ou legal.

Segundo ANDREOLI (2002), Os principais custos que geralmente compõe o passivo ambiental são:

- As multas, taxas e impostos a serem pagos em face da inobservância de requisitos legais;
- Custos da implantação de procedimentos e/ou tecnologias que possibilitem o atendimento às não conformidades, e
- Dispendios necessários à recuperação de áreas degradadas e indenização à população afetada.

No uso das suas atribuições o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986, em seu artigo primeiro, define que o impacto ambiental é configurado por qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais.

Com a intensa globalização dos mercados e a disseminação do conceito de ecoeficiência nos negócios, o passivo ambiental das organizações vem se transformando em um requisito de extrema relevância no momento das negociações de compra e venda de empresas, fusões, privatizações, contratos de parcerias e etc. interferindo diretamente no ativo das empresas.

4. ECOEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS

Ecoeficiência é a melhor maneira de se conciliar os interesses econômicos e o respeito ao meio ambiente, ou seja, é a utilização racional de matérias-primas e dos recursos naturais (água, energia, etc.), minimizando custos e os impactos ambientais.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS define ecoeficiência como uma combinação entre desempenho econômico e ambiental, reduzindo impactos ambientais; usando mais racionalmente matérias-primas e energia; reduzindo os riscos de acidentes e melhorando a relação da organização com as partes interessadas (*stakeholders*).

De acordo com o CEBDS os principais elementos da ecoeficiência são:

- Reduzir o consumo de materiais com bens e serviços;
- Reduzir o consumo de energia com bens e serviços;
- Reduzir a dispersão de substâncias tóxicas;
- Intensificar a reciclagem de materiais;
- Maximizar o uso sustentável de recursos renováveis;
- Prolongar a durabilidade dos produtos;
- Agregar valor aos bens e serviços.

A Rede Brasileira de Produção Mais Limpa, um projeto de parceria entre SEBRAE, CEBDS e CNTL – Centro Nacional de Tecnologias Limpas, promove o desenvolvimento sustentável nas micro e pequenas empresas (MPE's), difundindo o conceito de ecoeficiência e a metodologia de Produção Mais Limpa (PmaisL), como instrumentos para aumentar a competitividade, a inovação e a responsabilidade ambiental no setor produtivo brasileiro.

Outra ferramenta bastante conhecida pelas empresas no contexto ambiental é a ISO 14001, uma norma internacionalmente aceita que define os requisitos para estabelecer e operar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A norma reconhece que organizações podem estar preocupadas tanto com a sua lucratividade quanto com a gestão de impactos ambientais.

Na prática, a ISO 14001 oferece um modelo de gestão de uso e disposição de recursos, com normas e critérios padronizados para o mundo todo. É reconhecida mundialmente como um meio de controlar custos, reduzir os riscos e melhorar o desempenho ambiental.

Atualmente, o atendimento às normas ISO e a outros programas que visam certificar as empresas quanto à qualidade dos seus produtos e serviços, além da preocupação com os aspectos sócio-ambientais, é visto como um fator de segregação entre as empresas que seguirão adiante nos negócios internacionais e as que continuarão patinando, patinando...

Como em qualquer situação que se envolva pessoas e mudança de conduta, no processo de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental surgem algumas barreiras que precisam ser reduzidas ou eliminadas, e a superação dessas barreiras deverá ser um compromisso de todos os colaboradores independente do nível hierárquico.

No quadro 1 ilustra a diferença entre tecnologias de fim de tudo e a produção mais limpa, integrando proteção ambiental à produção

Quadro 1: Tecnologia de Fim de Tudo e Produção Limpa

Tecnologia Fim de Tudo	Produção Mais Limpa
Como podem ser tratados os resíduos, os efluentes e as emissões?	De onde vêm os resíduos, os efluentes e as emissões?
Pretende reação	Pretende reação
Geralmente eleva os custos	Pode ajudar a reduzir os custos
Os resíduos, efluentes e as emissões são limitados através das unidades de tratamento: • Soluções de fim de tubo; • Tecnologia de reparo; • Armazenagem de resíduos.	Prevenção de resíduos, efluentes e emissões na fonte: • Evita processos e materiais potencialmente tóxicos.
A proteção ambiental entra depois que os produtos e processos tenham sido desenvolvidos.	A proteção ambiental entra como uma parte integrante do design do produto e da engenharia de processo.
Os problemas ambientais são resolvidos a partir de um ponto de vista tecnológico.	Tenta-se resolver os problemas ambientais em todos os níveis/ em todos os campos.

Proteção ambiental é para especialistas competentes: • É trazida de fora; • Aumenta o consumo de material e energia.	Proteção ambiental é tarefa de todos: • É uma inovação desenvolvida dentro da empresa; • Reduz o consumo de material e energia.
Complexidade e riscos aumentados.	Riscos reduzidos e transparência aumentada.
Proteção ambiental focada no preenchimento de prescrições legais: • É o resultado de um paradigma tradicional de produção, no qual os problemas ambientais não eram considerados.	Proteção ambiental trata de forma pró-ativa e como desafio permanente: • É uma abordagem que pretende criar técnicas de produção para um desenvolvimento sustentável.

Fonte: Sebrae/ CEBDS (2005).

4.1 BARREIRAS

De acordo com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2005), na implementação do programa PmaisL são consideradas as seguintes barreiras e alguns exemplos mais notáveis:

4.1.1 Barreiras Organizacionais

- Não envolvimento dos empregados: os funcionários da produção não participam em atividades de minimização de resíduos/ gestão ambiental a menos que sejam ordenados pelo gerente.
- Alta rotatividade do pessoal técnico: excesso de tarefas e baixa remuneração, especialmente aos técnicos iniciantes, causa alta rotatividade nesses cargos. Isso limita a capacidade da empresa para trabalhar com as medidas de minimização de resíduos, pois a experiência adquirida por um time desaparece com a saída de seus membros.

4.1.2 Barreiras Sistêmicas

- Sistema de gerenciamento inadequado ou ineficiente: na falta de um sistema de gerenciamento bem definido, as ações são fundamentadas em uma base subjetiva. Os empregados, freqüentemente, tendem a evitar qualquer atividade fora da rotina.
- Falta de sistemas para a promoção profissional: existe uma grande falta de treinamento sistemático para aprimoramento das habilidades dos empregados. Desta forma, eles são incapazes de compreender novos assuntos, como a minimização de resíduos.

4.1.3 Barreiras Técnicas

- Acesso limitado à informação técnica: geralmente, as unidades têm acesso limitado à informação e estudos de casos bem sucedidos de minimização de resíduos, no país ou em outros países. Além disso, muitas vezes não há literatura técnica disponível.
- Infra-estrutura limitada na manutenção própria: geralmente o departamento de manutenção em pequenas indústrias possui uma infra-estrutura e pessoal técnico que são suficientes apenas para executar manutenções de rotina. Trabalhos maiores como examinar máquinas, regular motores ou limpar caldeiras etc, são encomendadas a empresas externas e são caros e demorados.

4.1.4 Barreiras Econômicas

- Preços e disponibilidade de recursos: a predominância de preços baixos e abundância de recursos naturais reprime o impulso de implementar medidas de minimização de resíduos.
- Disponibilidade e custos de fundos: as instituições financiadoras ainda não têm demonstrado interesse em financiar medidas de minimização de resíduos, em particular aquelas que têm

períodos longos de prazos de retorno. Mesmo se os fundos são disponíveis, as taxas de juros são altas, fazendo com que os projetos sejam economicamente inviável.

4.1.5 Barreiras Comportamentais

- Resistência a mudanças: devido ao receio do desconhecido, o pessoal de uma planta industrial geralmente mostra uma resistência a qualquer mudança. Os conhecimentos do operador muitas vezes são baseados em experiência própria, sem nenhum treinamento estruturado. Ocorre uma resistência ao desvio das práticas operacionais existentes, dificultando a implementação das medidas de redução de resíduos.
- Falta de liderança: em geral, as empresas são gerenciadas como negócios familiares. Os donos/ responsáveis pelas decisões raramente são gerentes qualificados e falham em exercer a liderança corporativa necessária. A visão e o pensamento dos empregados também são limitados à rotina diária, não tendo objetivos de longo prazo.

4.1.6 Barreiras Governamentais

- Política industrial: mudanças frequentes na política industrial geram um campo de incertezas nas empresas, desmotivando-as a implementar projetos de redução de resíduos de longo ou médio prazo.

4.2 ESTUDOS DE CASO

Consultores da Rede Brasileira de Produção Mais Limpa identificaram algumas soluções de baixo custo, com implementação e retorno imediato. Os exemplos abaixo mostram a situação antes e depois da implementação da metodologia PmaisL.

Estudo de Caso 1 (núcleo Sebrae/ Piauí)

Empresa: Metalpires Indústria e Comércio Ltda.

Ação: Redução no consumo de tinta em pó da pintura eletrostática da armação da carteira pela mudança de procedimentos.

a) Situação antes da PmaisL

Na pintura eletrostática, utilizando pistola, motor de compressão e câmara de aço, constatou-se uma perda de 25 kg de tinta em pó, baixa produtividade no trabalho pela repetição da operação para acabamento do serviço, elevado consumo de energia motivada, principalmente, pela falta de regulagem da pistola de pintura e pelo uso de motor de compressão em elevado estágio de desgaste.



Figura 1: resíduo da tinta em pó.

b) Situação depois da PmaisL

Com a substituição do motor de compressão e regulagem da pistola evitou-se a perda de 16 kg de tinta, redução de 16 kg de matéria-prima, de 100 horas/homem e de 1.782 kWh de consumo de energia, gastando-se R\$ 3.645,78 com a modificação.

- Benefícios ambientais: redução em 64% na geração de emissões atmosféricas e na geração de resíduos perigosos classe I.
- Benefício econômico/ ano: R\$ 4.093,50.
- Prazo de retorno do capital: 6 meses.



Figura 2:

novo procedimento.

Estudo de Caso 2 (núcleo Sebrae/ Alagoas)

Empresa: Agropecuária Veloz Ltda.

Ação: Redução do desperdício de leite pasteurizado na condução do mesmo até as linhas de produção (leite tipo C, queijo coalho e iogurte).

a) Situação antes da PmaisL

Todo o transporte de leite pasteurizado da fábrica é realizado manualmente, através de latões que são arrastados por todo o percurso: do pasteurizador até as linhas de produção, gerando desperdício de matéria-prima e tempo na execução da operação e, conseqüentemente, aumento do efluente de lavagem.



Figura 3: antigo procedimento.

b) Situação depois da PmaisL

Todo o leite pasteurizado utilizado nos processos de produção passa a ser conduzido por meio de mangueiras, requerendo um investimento de R\$ 150,00.

- Benefício econômico/ ano: R\$ 932,16.
- Benefícios ambientais com a redução de 342 L/ ano de matéria orgânica lançada no efluente da fábrica.
- Prazo de retorno do capital: 0,16 mês.



Figura 4: novo procedimento.

5. COMPETITIVIDADE

A competitividade está relacionada com a disputa pelos clientes, e a empresa, para ser considerada competitiva, deverá ter vantagens sobre as outras para conquistar, manter clientes e torná-los recomendantes dos vossos produtos ou serviços.

O planejamento estratégico é tido como um instrumento norteador das atividades de qualquer negócio, sem distinção de segmento econômico ou mercado. Diante do conteúdo pesquisado e do contexto abordado neste trabalho, percebe-se que o tipo de estratégia mais adequado a ser seguido atualmente, atendendo os aspectos sócio-ambientais, é a estratégia competitiva por diferenciação, que segundo ALDAY (2002) faz com que a empresa invista mais pesado em imagem, tecnologia, assistência técnica, distribuição, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos, pesquisa de mercado, qualidade, etc., com a finalidade de criar diferenciais para o consumidor.

Adicionando-se a isso, com a utilização em larga escala das tecnologias de informação, novos empreendimentos e novas formas de se fazer negócio cresce a cada dia. O fácil acesso às informações via Internet criou uma nova realidade competitiva nos setores econômicos, que precisam acompanhar diariamente essa dinâmica veloz. Novos concorrentes surgem na tela do monitor cada segundo num simples toque e em tempo real. “A iniciativa de adotar os princípios da gestão ambiental, numa economia que se caracteriza pelo elevado desperdício de recursos, determina um importante diferencial competitivo”. (Andion, 2002).

6. CONCLUSÕES

O que me diferencia dos concorrentes? Quais as minhas vantagens competitivas? Qual é a nossa contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que estamos inseridos? Nossa atividade gera impactos ambientais? Quais e como eles são gerados? Essas são apenas algumas perguntas que recomendamos aos empresários atuantes num mercado econômico tão agitado como o atual.

Durante as pesquisas realizadas acerca da variável ecológica no ambiente empresarial, constatou-se que as questões ambientais não são mais pura e exclusivamente uma causa defendida por ecologistas fanáticos, muitas vezes discriminados como “ecochatos”. Timidamente, porém crescente, pequenas empresas estão incorporando o conceito de sustentabilidade em cada processo de seus fluxogramas.

Essa mudança de cultura nas pequenas empresas é atribuída também ao modo de atuação das grandes corporações, que preocupados em não prejudicar suas políticas de sustentabilidade exigem de seus fornecedores certificados de qualidade, garantindo assim, uma cadeia produtiva com responsabilidade sócio-ambiental desde a extração dos insumos até o consumidor final.

No Pólo Industrial de Camaçari – BA, são pelo menos 50 empresas associadas ao Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – COFIC que buscam promover melhores práticas de segurança, saúde e meio ambiente (SSMA), capacitação de pessoas e uma comunicação transparente e imagem junto à sociedade. Essas empresas ora são fornecedores ora são compradores entre si dentro do próprio Pólo. Exemplos: Braskem S/A; Caraíba Metais S/A; Dow Brasil Nordeste Ltda; White Martins Gases Industriais S/A; Suzano Petroquímica S/A; Tigre S/A; Ford Motor Company; Indústria de Auto Peças Jardim Ltda.

Geralmente, a implementação de procedimentos ambientalmente corretos no processo produtivo de pequenos empreendimentos não demanda grandes investimentos. Às vezes, simples ações como: mudanças no *layout* da fábrica; revisão nas torneiras e nas borrachas do freezer; o uso de lâmpadas de baixo consumo energético; manutenção preventiva nos equipamentos e etc. podem proporcionar redução nos gastos com energia, água, matéria-prima, recursos humanos, minimização e reciclagem dos resíduos, conforme podemos observar nos estudos de caso do tópico 4.2 deste artigo.

Durante a 7ª Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social (Ecolatina), realizada na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2007, o CEBDS revelou que durante pesquisas realizadas em dois anos, as empresas que integram a Rede Brasileira de Produção Mais Limpa conseguiram reduzir seus custos em R\$ 23,6 milhões.

Especialistas afirmam que hoje é mais difícil vender do que produzir. A disposição de produtos e serviços no mercado internacional requer certificações de qualidade que definem o nível de competitividade dos concorrentes. O reconhecimento da qualidade ambiental nos processos produtivos dos exportadores tornou-se um importante diferencial nas negociações com importadores do mercado europeu e dos Estados Unidos, principais parceiros comerciais do Brasil.

Há passivos ambientais que podem ser irreversíveis para a recuperação da área degradada, dessa forma, disponibilizar recursos à adequação ambiental, bem como destinar os resíduos à criação de sub-produtos, gera novas receitas, diminui os riscos de grandes perdas financeiras futuras e preserva a imagem da empresa perante a sociedade.

Sendo assim, a conscientização da responsabilidade coletiva dos empresários, bem como o aproveitamento das oportunidades na variável ecológica, deve ser afluída o quanto antes sob pena de fazer parte da assustadora estatística de mortalidade das empresas no país. A nível Brasil 50% morrem com até 02 (dois) anos de existência, no Estado do Tocantins esse índice sobe para 65% (Sebrae, 2006).

REFERÊNCIAS

ALDAY, H. E. C. e ANDREOLI, C. V. **Coleção Gestão Empresarial**. v. 2. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002. p. 18 e 64.

ANDION, Maria Carolina. **Planejamento Estratégico**. Coleção gestão empresarial V 2 Curitiba: Ed. Gazeta do Povo, 2002.

ARBEX, S. **Foco em sustentabilidade**: a solução para construirmos um mundo melhor. Abril.com, Rio de Janeiro, nov. 2007. Disponível em:

<http://planetasustentavel.abril.uol.com.br/noticia/sustentabilidade/conteudo_261188.shtml>.

Acesso em: 23 de maio de 2008.

BSI MANAGEMENT SYSTEMS. **O que é ISO 14001?**: Guia passo a passo para uso de um Sistema de Gestão Ambiental. Santos. 12 p. Disponível em: <http://www.bsibrasil.com.br/documentos/What_is_14KBR.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. CONAMA. Resolução nº 01, de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Licenciamento ambiental: normas e procedimentos**, Brasília, DF, p. 2548-2549, publicado no DOU, de 17 de fevereiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 10 de junho de 2008.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1999. p. 29.

FRANCI, R. **Águas Cinzas**: reúso doméstico para fins não potáveis pode atender edificações. Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente, ano XV nº 38, p. 26, abril/ junho 2006.

MARION, J.C. **Contabilidade básica**. São Paulo: Editora Atlas, 8ª edição, 2006. Cap. 4-5, p. 43-58.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Desenvolvimento sustentável**. In: NETO J.C.M. Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2005. Cap. 2, p. 6.

SEBRAE. **Relatório de pesquisa fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas do Tocantins**. Palmas, 2006. 42 p.

SEBRAE/ CEBDS. **Metodologia de PmaisL e barreiras**: manual do facilitador. Rio de Janeiro, 2005. 89 p.

GLOSSÁRIO

Sistema de Gestão Ambiental (SGA): É uma estrutura desenvolvida para que uma organização possa consistentemente controlar seus impactos significativos sobre o meio ambiente e melhorar continuamente as operações e negócios.

Fonte: BSI Management Systems.

Resíduos Classe I: Os resíduos são classificados de acordo com o nível de periculosidade. Segundo a norma técnica NBR 10.004 os resíduos classe I são aqueles que apresentam risco à saúde pública ou ao ambiente, caracterizando-se por terem uma ou mais das seguintes propriedades: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

Fonte: UESP, disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/ead/residuos/res06.html>>, acessado em: 28 de maio de 2008.